

A história indígena e sua presença nos livros didáticos¹

Joilson Silva de Sousa²

Resumo:

Desde o século XIX, os povos indígenas são foco de diversas lutas em busca da valorização da sua cultura e maiores investimentos por parte dos órgãos governamentais no Brasil. Com a Constituição de 1988, muitos embates são travados para o cumprimento da lei vigente no país. Atualmente, no que concerne à educação e ensino, observamos a da Lei n.º 11.645/08 da legislação brasileira que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena nas disciplinas de Artes, Literatura e História, em prol de maior valorização e desmistificação que Pinski (2009) e Grupioni (1996) classificam de estereótipos e eurocentrismo. Assim, este trabalho apresenta uma análise sobre os textos escritos e indicações de filmes sobre os povos indígenas como possibilidades metodológicas para o ensino de História. Como opção de escolha, optamos pela coleção História, Sociedade e Cidadania, aprovada no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2014 e por ser a mais distribuída em todo o Brasil.

Palavras-chave:

História e Cultura.
Temática indígena.
Livro didático.

- 1 Este artigo é um desdobramento de parte de minha monografia de especialização em Metodologias do Ensino de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Baseado em um trecho do capítulo III, algumas alterações foram feitas para se adaptar ao formato de artigo, e aprofundar as opções metodológicas que podem existir em uma coleção didática. Agradeço ainda à minha orientadora Prof^{ra}. Dr^a. Isaíde Bandeira da Silva, por suas contribuições, assim como ao meu amigo em particular professor Rogério Sobreira por sua ajuda.
- 2 Especialista em Metodologia do Ensino de História pela UECE. Pesquisador do grupo: História, Memória, Sociedade e Ensino, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. Introdução

Esta exposição busca identificar duas opções metodológicas normalmente presentes nos livros didáticos de história do ensino fundamental, que buscam estar em conformidade com o *Guia dos livros didáticos de História*, que estão em consonância com o Ministério da Educação (MEC) através do PNLD, onde fazem valer a Lei Federal n.º 11.645/08 que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena na educação básica incluindo a disciplina de História.³

Pretendemos, neste trabalho de forma geral, entender como é trabalhada, nos livros didáticos da coleção História, Sociedade e Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, que obteve primeiro lugar em distribuição nas escolas públicas de todo o país, o ensino da temática indígena que está sendo proposta para os alunos do ensino fundamental (sexto ao nono ano) nas perspectivas de escritas textuais e as indicações cinematográficas que são propostas como recurso metodológico na construção de conhecimento histórico em sala de aula. Como também, analisar os caminhos da formação como sociedade, desafios e conquistas durante anos de lutas por seu reconhecimento, bem como a legislação civil e educacional brasileira e o modo de inserção dessa temática nos livros didáticos de história para o ensino fundamental, observando documentos do Governo Federal, pois acreditamos ser indispensável um olhar diferenciado para escolha do material escolar que será utilizado como fonte de conhecimento em sala.

2. A questão indígena

Estudar a cultura de um povo independente, qualquer que seja, é um tanto quanto estimulante e proveitoso, pois a cada nova etapa o aprendizado se torna ainda mais atrativo e a busca pelo conhecimento torna-se fator determinante para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. O conceito de cultura não é tão simples e ao longo dos anos foi algo muito difícil de definir. Assim, podemos nos apropriar das palavras de Kalina Silva para definir o conceito de cultura que nos diz que:

O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.⁴

3 Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos *Lei n.º 11.645, de 10 de Março de 2008*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm, acesso em 1 maio 2014.

4 Silva, Kalina Vanderli. *Dicionário de conceitos históricos*, 2ª ed, São Paulo: Contexto: 2009, p.14.

Entender a formação dos povos indígenas é abrigar várias formas culturais de conhecimento ao passo que compreendemos a existência e particularidades de vários povos indígenas, especialmente no Brasil. Logo, passa a ser também papel social do professor mostrar aos alunos os vestígios esquecidos que também fazem parte da cultura brasileira. Cultura de um povo que deu o “pontapé” inicial à nação que hoje chamamos de Brasil.

Para desmistificar toda uma esfera de ideias criadas em torno dos índios brasileiros, substituir o nome “índio” por outros como “nativos”, “autóctones” e “sociedades indígenas” foi uma das ideias. Entretanto, fica difícil definir de qual povo está se falando. Partindo das ideias de Alcida Ramos, divulgadas pelo Instituto Antropos, salienta-se que é na América do Sul que o conceito de tribo, dependendo dos olhares em questão, aplica-se de maneira generalizada para englobar vários povos indígenas, sem considerar suas semelhanças e diferenças entre os mesmos.⁵

Podemos entender que muitas são as pesquisas envolvendo a cultura dos povos indígenas. Discussões pedagógicas, sociológicas e antropológicas vêm sendo apresentadas durante anos e o pensamento de certa desvalorização com a sociedade americana que aqui já vivia antes dos mais variados europeus atracarem são postos em pauta. Assim podemos perceber de tais estudiosos que: “A historiografia brasileira, condizente com essas preocupações, tentou e vem tentando desconstruir o preconceito em torno das populações americanas nativas...”⁶

Essa desmistificação que vem ocorrendo no Brasil não é um caso particular, mas que ocorre em todas as terras das Américas dos povos pré-colombianos. Com isso, as discussões em torno de alguma definição foram organizadas e discutidas no II Congresso Indigenista Interamericano em Cuzco em 1949. “Dessa forma o termo índio pode ser definido como um conceito étnico, já que para ser índio é preciso tanto se reconhecer quanto ser conhecido como tal.”⁷

Percebendo a maneira entorço do tratamento dados aos povos indígenas, em especial no Brasil, neste trabalho, traremos os múltiplos olhares em torno da cultura indígena brasileira. Buscamos nos reportar como “povos indígenas” buscando respeitar suas particularidades. Definido os termos e a cultura indígena como parte fundamental da construção da sociedade brasileira, novas lutas em favor de um olhar menos preconceituoso para essa população foram ocorrendo principalmente no cenário brasileiro.

Uma das formas de respeito aos povos indígenas que devem estar presentes em meio a sociedade condiz com a importância dada à terra. Para Ramos, “a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos. Não é apenas um recurso natural - e tão importante quanto este - é um recurso sociocultural”.

⁸ Logo entendemos que expor tais aspectos culturais à sala de aula se torna um

5 Antropos, Instituto. *Pesquisa Social e Missiologia aplicada*. “Sociedades Indígenas - Resumo”, http://instituto.antropos.com.br/v3/index.php?option=com_content&view=article&id=493&catid=35&Itemid=3, acesso em: 25 jul. 2015.

6 Silva, *Dicionário de conceitos históricos*, p.222.

7 Silva, *Dicionário de conceitos históricos*, p. 223.

8 Alcida Rita Ramos, *Sociedades Indígenas*, 5. ed, série princípios, São Paulo, Ática, 1995, p.102.

desafio intelectual por parte do professor. Contudo mostrar aos alunos o respeito e o papel social que devem estar presentes na conduta de todos é fator importante na construção de cidadania.

Partimos do pressuposto de que a temática indígena deve ser ensinada de maneira efetiva nas escolas regulares a fim de desmistificar alguns conceitos eurocêntricos (o homem branco como referência) que por consequência tornam-se etnocêntricos e que foram criados durante anos, e ainda perduram nos dias atuais.⁹ Assim teríamos uma sociedade brasileira consciente de seu papel social, no trato à diversidade cultural existente no país.

3. O livro didático de história: importância política e usos

De acordo com a professora Circe Bittencourt, os livros didáticos “fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos”.¹⁰ Com isso, entendemos que os livros didáticos de história têm papel fundamental na construção do saber histórico na sala de aula, não apenas nos dias de hoje, mas há bastante tempo; trazendo uma estrutura de apoio ao professor na sala de aula, como material de pesquisa, dentre outros.

Os valores atribuídos aos livros didáticos em pleno século XXI também fazem referência ainda a uma fonte de lucros às editoras e todo o meio da indústria cultural, com as facilidades dos programas federais como o PNLD. Logo, várias são as abordagens feitas no que se refere ao livro didático conforme aponta Bittencourt, “o interesse que o livro didático tem despertado e as celeumas que provoca em encontros e debates demonstra que ele é um objeto de ‘múltiplas facetas’ e possui uma natureza complexa”.¹¹

Sendo uma fonte significativa de conhecimento e tendo tantos usos para contribuir com o conhecimento de professores e alunos, podemos definir o livro didático, de forma categórica, como um dos meios essenciais, dentro da sala de aula, especialmente, no que se refere às aulas de história. Entender que, embora as mais variadas formas de tecnologias estejam presentes neste século, o livro não pode

9 Kalina Silva indica que: os estudiosos da cultura compreendem que os povos forjam visões de mundo peculiares, que marcam a sua identidade de povo. Mas quando um determinado grupo, com traços culturais característicos e uma visão de mundo própria, entra em contato com outro grupo que apresenta práticas culturais distintas, o estranhamento e o medo são as reações mais comuns. O etnocentrismo nasce exatamente desse contato, quando a diferença é compreendida em termos de ameaça à identidade cultural. De modo simples, o etnocentrismo pode ser definido como uma visão de mundo fundamentada rigidamente nos valores e modelos de uma dada cultura; por ele, o indivíduo julga e atribui valor à cultura do outro a partir de sua própria cultura. Tal situação dá margem a vários equívocos, preconceitos e hierarquias, que levam o indivíduo a considerar sua cultura a melhor ou superior. Nesse sentido, a diferença cultural percebida rapidamente se transforma em hierarquia, *Dicionário de conceitos históricos*, 2009, p. 127.

10 Circe Maria Fernandes Bittencourt, *Ensino de história: fundamentos e métodos*, 4. ed, São Paulo, Cortez, 2011, p. 299.

11 Bittencourt, *Ensino de história: fundamentos e métodos*, p. 301.

ficar sem uso, conforme a secretaria de educação de Fortaleza em entrevista dada a professora Isaíde Bandeira: “O livro é o livro, e nada o substitui!”¹²

Como já salientado, o livro didático é um dos recursos mais utilizados nas redes de educação de todo o país segundo Bittencourt: “...os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos.”¹³ Logo, durante anos, essa produção didática tem sido observada pelas autoridades do governo e ao longo do desenvolvimento histórico, em especial a disciplina de história.

Nos últimos anos, o MEC vem norteando o processo de avaliação dos livros produzidos, levando em conta que o livro desempenha um papel significativo na vida cultural e social dos cidadãos e claro a importância econômica que ele desempenha para a indústria econômica do país. Uma das mudanças mais significativas e que perdura nos dias atuais vem acontecendo através do PNLD.

Os livros são produzidos em formato de coleções com seus respectivos anos de ensino apresentando de forma sistemática os conteúdos como processo de construção e apresentam obrigatoriamente o livro do aluno e o livro do professor. Atualmente, os livros didáticos vêm com uma forte tendência a deixar o professor utilizar suas mais variadas fontes em sala de aula, para assim tornar mais atrativa e interessante suas aulas, com conteúdos complementares como filmes, músicas, atividades extras que aparecem como suporte metodológico a fim de dar opções de apoio ao professor no cotidiano escolar.

Para 2014, o MEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deixaram à disposição o *Guia de livros didáticos 2014*, conforme o PNLD. Os guias são divididos em disciplinas e fases da educação básica. Como proposta deste trabalho, o guia utilizado foi o: *Ensino fundamental – anos finais da disciplina de História*, criado em 2013, para a análise das obras pelos professores tendo sua utilização no ano que se segue para ser utilizado, portanto, para o triênio 2014-2016. O guia é recebido por todas as escolas públicas do país para ser apreciado pelos professores para assim fazerem as suas devidas escolhas para trabalhar em sala de aula. Pode também ser visto no *site* do MEC onde estão disponíveis todos os guias para todas as séries e suas especificidades. Vale ressaltar a importância de que o PNLD atualiza suas estruturas e as faz valer também nas coleções. Logo, o próprio guia oferece ao livro o *status* de uma ferramenta tecnológica, pois o mesmo recebe atualizações, relação e inserção de jogos eletrônicos e internet.

Respeitando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/96, são feitas essas duas análises, a primeira efetuada pelo MEC através das avaliações feitas pelos especialistas nas diferentes áreas de atuação e em segundo a avaliação do professor para determinar qual obra utilizará em sala de aula.

Como já citado, os livros didáticos devem respeitar alguns critérios. Como por exemplo, os critérios gerais de avaliação do PNLD 2014 estabelecidos pelo Governo Federal que norteiam alguns aspectos que devem ser respeitados:

12 Isaíde Bandeira Timbó, *O livro didático de História: um caleidoscópio de usos e escolhas no cotidiano escolar (Ceará, 2007-2009)*, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2009, p. 59.

13 Bittencourt, *Ensino de história: fundamentos e métodos*, p. 299.

1. Respeito a legislação, as diretrizes e as normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Observância das características e finalidades específicas do *Manual do Professor* e adequação da coleção a linha pedagógica nele apresentada;
6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.¹⁴

4. A temática indígena e o ensino de história: a implantação da Lei n.º 11.645/08.

Atualmente, no contexto político educacional, podemos observar que a Lei n.º 11.645/08 passa a alterar a LDB Lei n.º 9.394/96, anteriormente modificada também pela Lei n.º 10.639/03, onde houve a valorização da cultura afro-brasileira. Atualmente, uma particularidade bem definida incluída no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das duas temáticas: “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Vejamos o que nos diz a lei em vigor:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de

14 Brasil, Guia dos livros didáticos, PNLD 2014, *História: ensino fundamental: anos finais*, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014, p.13.

todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR).¹⁵

Entendemos a homologação da referida lei como uma conquista em favor da valorização cultural de movimentos afro-brasileiros referendados na Lei n.º 10.639/03. Segundo parecer do Conselho Nacional de Educação:

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

[...] Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional.¹⁶

Assim como o Movimento Negro, que, através da Lei n.º 10.639/2003, alterou a LDB n.º 9.394/1996, o Movimento Indígena caminhou na mesma direção, na sua busca por reconhecimento histórico e cultural com a Lei n.º 11.645/2008, que, tendo alterado a anterior (10.639/2003), atrelou a obrigatoriedade de ensino da cultura indígena e afro-brasileira nos currículos de todo o ensino público e particular. É importante afirmar que, mesmo após a clareza da LDB de Lei n.º 9.394/96, foi necessária uma reformulação do artigo 26 da mesma para que agora a cultura e história de um povo que tanto contribuiu e foi martirizado pelo eurocentrismo possa ser tratado dentro das salas de aula de todo o país.

Segundo a lei, os “diversos aspectos da história e cultura” que formam a população brasileira devem ser abordados a partir dos grupos étnicos citados, suas lutas no decorrer da história brasileira e colaboração em âmbito social, econômico e político quando for pertinente a história do Brasil. Logo, destacamos que “A História atua como principal intermediadora dos estudos da diversidade cultural e étnica, promovendo a identidade individual e coletiva dos educandos.”¹⁷

Durante os últimos 10 anos, a temática indígena e o livro didático vêm ganhando espaço nas produções literárias e didáticas como também nas discussões acadêmicas, sobretudo após criações e alterações de leis na legislação brasileira que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena na disciplina de História assim como em áreas como Artes e Literatura.

15 Brasil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos *Lei nº. 11.645, de 10 de Março de 2008*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm, acesso em 1 Mai. 2014.

16 Brasil, Conselho Nacional de Educação, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf, acesso em 25 jul. 2015. p. 2-3.

17 Adriano Toledo Paiva, *História Indígena na sala de aula*, Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, p. 21.

Fazer uma análise dos livros didáticos de história para as séries finais do ensino fundamental tornou-se atrativo para observar como está sendo inserida a cultura indígena nos mesmos e conseqüentemente em sala de aula, pois como aponta a historiadora Norma Telles: “O livro didático é uma fonte importante, quando por muitas vezes a única, na formação da imagem que temos do outro.”¹⁸

Várias são as produções acadêmicas que ressaltam a importância da temática indígena nos livros didáticos de história, contudo, observa-se que este não deve ser um assunto enfadonho, pois, segundo algumas análises realizadas, mudanças foram feitas, entretanto, apenas para, em alguns casos, atender superficialmente a Lei como aponta Bittencourt:

As populações indígenas surgem nos livros didáticos nos capítulos iniciais, quando da chegada dos europeus e para justificar a importação de mão de obra escrava africana, embora em alguns mais recentes apareçam alguns dados sobre as condições atuais desses povos.¹⁹

A abordagem dada aos índios nos livros didáticos tem sido, por vezes, inadequadas. Em alguns manuais, pouco é relatado de sua cultura e história e há um salto para, por fim, trazer dados estáticos, muitas vezes políticos de que as sociedades indígenas ainda existem no território nacional. Apesar de muitas modificações por parte dos autores de livros didáticos desde o final da década de 1980, muitos ainda se baseiam em conjecturas ultrapassadas, que já foram questionadas e revistas. Dessa maneira, a maioria dos livros didáticos ainda mantém uma imagem generalizada, homogênea, estereotipada e preconceituosa acerca dos povos indígenas.

Afirma-se assim, desde a criação da LDB, uma valorização pelo ensino indígena no que tange o ensino de História do Brasil com suas contribuições nas mais variadas classes temáticas que devem ser tratadas em sala de aula para melhor aproveitamento do discente sobre suas origens, e para formação da sociedade brasileira tanto de forma cultural como étnica. Porém, o que se observa durante anos, desde a criação da LDB e até antes, é o descrédito por parte das editoras as quais publicavam livros didáticos onde a maior valorização em seus capítulos e temas abordados se apresenta por parte dos europeus com seus grandes feitos e méritos por conquistas e descobertas, inclusive no Brasil, que, durante séculos, convive diariamente com essa desvalorização das sociedades indígenas em meio à sociedade capitalista.

Esse pensamento eurocêntrico e etnocêntrico (colocando a Europa e cultura do homem branco como referência) não acontece só em meio à sociedade brasileira, mas em particular nos livros didáticos de história onde a temática indígena há muitos anos vem sendo tratada de maneira não muito adequada e sua cultura e história ganhando cada vez menos espaços segundo Jaime Pisk: “Não é pois, por falta de

18 Norma Telles, “A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora” in: Luiz Donisete Benzi Grupioni, *Imagens Contraditórias e Fragmentadas sobre o lugar dos índios nos livros didáticos*. R. bras. Est. pedag. Brasília, v. 77, n. 186, maio/ago. 1996, p. 426.

19 Bittencourt, *Ensino de história: fundamentos e métodos*, p. 305.

dados, de base empírica, que os livros didáticos não começam a tratar primeiro dos índios.”²⁰

5. Análise geral da coleção

Esta análise se propõe a contribuir com uma melhor abordagem no que se refere aos textos voltados à cultura indígena como regulamenta a Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008.

A coleção escolhida para análise foi aprovada no último PNLD para os anos finais do ensino fundamental (2014), a saber, História, Sociedade e Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior da editora FTD e está inserida no *Guia dos livros didáticos da disciplina de História*.²¹ Com isso, as mesmas já devem estar nas mãos dos alunos para apreciação e aprendizado, conforme aprovação do Colegiado das escolas públicas de todo o Brasil.

Segundo dados do FNDE, através do PNLD, a coleção do sexto ao novo ano do ensino fundamental, História, Sociedade e Cidadania, apresentou maior percentual de distribuição no componente curricular de História em todo o país. No quadro a seguir, apresentamos dados como códigos, título da obra, total de páginas em cada livro didático e quantidade total da coleção respectivamente, que desponta entre as demais adoções. Sendo a obra de Alfredo Boulos Júnior a mais distribuída dentre as demais aprovadas pelo PNLD 2014 para o ensino fundamental, acreditamos ser de grande importância um olhar sobre a referida obra para análise dos dispositivos da Lei n.º 11.645/08 acerca da temática indígena. Vejamos os dados:

Quadro 1 - PNLD 2014 Coleção mais distribuída por componente curricular História²²

	Cód.	Título	Tipo	Páginas	Total
1ª	27389C0624	História Sociedade & Cidadania - 6º ano	L	320	3.330.040
	27389C0625	História Sociedade & Cidadania - 7º ano	L	320	
	27389C0626	História Sociedade & Cidadania - 8º ano	L	320	
	27389C0627	História Sociedade & Cidadania - 9º ano	L	336	

Assim, justificamos essa análise na perspectiva de aprovação no último PNLD dos livros didáticos de História e pela maior distribuição em todo o território nacional, fazendo-nos entender que esta coleção está entre as mais satisfatórias nas escolas públicas, uma vez que são os professores e corpo administrativo das escolas

20 Jaime Pinsk (org.), *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo, Contexto, 2009, p. 128.

21 Para acesso ao *Guia dos livros didáticos de história 2014*, acesse o portal do MEC: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=859&id=12637%3Aguias-do-programa-nacional-do-livro-didatico&option=com_content, acesso em 29 jul. 2015.

22 Elaborado pelo autor com base em parte dos dados estatísticos obtidos no *site* institucional do FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>, acesso 25 jul. 2015.

que fazem as escolhas das obras a serem trabalhadas durante o triênio de utilização dos livros didáticos.

6. Análise de textos e sugestões metodológicas

É notório afirmar que o livro que apresenta de maneira mais “intensa” o conteúdo da temática indígena é o livro do sétimo ano. A coleção História, Sociedade e Cidadania aponta para sua edição reformulada, inserindo-se as adaptações de multimídias digitais e melhorias em qualidade estética e estrutura no *design* do livro na organização de conteúdo.

No livro do sexto ano, percebemos títulos que permeiam os conteúdos indígenas, a saber: “O texto como fonte: Lei n.º 11.645/08”, “Calendário do povo Kayabi”, “Povos indígenas na América”, “A palavra ‘índio’”, “Povos indígenas no Brasil”, “O texto como fonte: entrevista, cacique Aritana Yawalapiti”.²³ No mesmo livro, o autor faz uma abordagem textual da Lei n.º 11.645/08 e salienta a mesma como exemplo de fonte escrita quando aborda o conteúdo referente ao trabalho do historiador.

A perspectiva dos livros de Alfredo Boulos se torna conexa quando percebemos os assuntos tratados de maneira gradual. Em primeiro modo, o contato com fontes históricas, e o papel do historiador mostra a cada capítulo os povos indígenas e as diferenças culturais presentes no tronco linguístico, cotidiano, dentre outros.

Presente no capítulo 5, no livro do sexto ano, o autor busca mostrar aos seus leitores as diferenças e semelhanças em torno dos povos indígenas entendendo que eles: “[...] enfeitam seus corpos com cocares, braceletes, colares e outros. Mas cada povo o faz de um jeito próprio...”²⁴ Sobre as diferenças linguísticas o autor apresenta:

Quadro 2 - As línguas: tronco tupi e macro-jê²⁵

Tronco tupi				
Família	Tupi-guarani	Arikém	Juruma	Mondé
Língua	Akwáwa Amanayé Anambé Apiaká	Karitiana	Juruna Xipáya	Aruá Cinta- larga Gavião Mekén
Tronco macro-jê				
Família	Bororo	Botocudo	Maxacalí	Jê

23 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 6º ano, Edição Reformulada, São Paulo: FTD, Sumário.

24 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 6º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p.85.

25 Elaborado pelo autor com base nos dados do livro didático: Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 6º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD. 2012, p. 89.

Língua	Bororo Umutína	Krenák	Maxacalí Pataxó Pataxó Hãhãhãe	Akwen (xavante xerente) Apinajé Kayapó
--------	-------------------	--------	---	--

Logo, entendemos que o conteúdo referente ao sexto ano do ensino fundamental se torna uma introdução aos estudos indígenas brasileiros, mostrando aos alunos e professores a diversidade cultural presente nos povos indígenas e diversas particularidades presentes em cada grupo.

No que concerne aos filmes sugeridos, assim como Fantin (2007), entendemos que ao utilizar o filme como recurso metodológico é presumível ao professor trabalhar com várias dimensões, tais como: cognitiva, estética, social e outros, considerando que o filme permite um diálogo com a realidade de quem o assiste.²⁶ Assim, vemos as possibilidades cinematográficas demonstradas por Alfredo Boulos Júnior no livro do sexto ano do ensino fundamental:

Filme - *Tainá: uma aventura na Amazônia*.

Direção: Sergio Bloch / Tania Lamarca, Brasil: Tietê Produções. 200. (90 min).

Tainá (Eunice Baía), uma indiazinha de 8 anos, vive na Amazônia com seu velho e sábio avô Tigê, que lhe ensina as lendas e histórias de seu povo. Ao longo de aventuras cheias de peripécias, ela conhece o macaco Catu ao salvá-lo das garras de Shoba, um traficante de animais. Perseguida pela quadrilha, ela foge e acaba conhecendo a bióloga Isabel e seu filho Joninho (Caio Romei), um menino de 10 anos que mora a contragosto na selva. Depois de um desentendimento inicial, o garoto consegue superar os limites de menino da cidade e ajuda Tainá a enfrentar os contrabandistas, que vendem animais para pesquisas genéticas no exterior. Juntos, os dois aprendem a lidar com os valores desses dois mundos: o da selva e o da cidade. (grifos nossos).²⁷

Salientamos que o professor deva utilizar diversas ferramentas pedagógicas. Estas devem ser motivadoras das dimensões cognitivas e estéticas dos educandos e aproximar essas dimensões. Utilizar o filme como recurso didático possibilita um maior envolvimento com o conteúdo a ser estudado. Desse modo, o recurso cinematográfico está repleto de possibilidades pedagógicas que podem favorecer a reflexão e a aprendizagem de questões educativas no processo de ensino e aprendizagem.

Para o livro do sétimo ano dessa coleção, observa-se tratar de um conteúdo mais extenso sobre a temática abordada, porém, apenas vista na unidade quatro devido a outros conteúdos seguidos de uma linha cronológica dos acontecimentos dos

26 Mônica Fantin, "Mídia-educação e cinema na escola", *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15-16, jan/dez (2007), p. 1-13, <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/174/172>, acesso em 25 jul. 2015.

27 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 6º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p.97.

fatos. Dentre os assuntos abordados sobre os povos indígenas, podemos destacar: “Cabral toma posse das terras brasileira”, “Espaço e diversidade cultural”, “Os tupi-guarani”, “Contribuições indígenas”, “A colonização”, “A expansão do catolicismo e a ação dos missionários”.²⁸

A temática indígena se inicia no livro do sétimo ano, a partir do capítulo 10, quando tratar-se das grandes navegações, e no capítulo 12 que trata dos índios tupis e seu tronco linguístico como aponta Boulos dizendo que:

Quando Cabral aqui chegou, havia milhões de indígenas agrupados em mais de mil povos que habitavam as matas, serras e as praias das terras onde é hoje o Brasil. Boa parte desses povos, como os Potiguarm os Caeté, os Tupinambá e os Tupiniquim, falavam línguas do tronco Tupi. No litoral brasileiro, a presença mais forte era a dos Tupi-Guarani.²⁹

No capítulo 12, vemos claramente a abordagem de algumas tribos como os tupis-guaranis, e tupinambás, seu legado que perdura aos dias de hoje, e o meio como foram explorados e mistificados pelos colonizadores europeus como também o processo de escravidão de alguns povos indígenas e a luta entre brancos e os tupinambás na tentativa de inserir a religião católica no continente recém-descoberto. Na seção “Para Saber Mais”, o autor insere em forma de texto particularidades dos povos indígenas presentes no cotidiano social como “O processamento da mandioca”, o “alimento básico de numerosas sociedades indígenas é constituído pela mandioca brava e seus derivados. Nessa variedade de mandioca existe um poderoso veneno [...], mas os índios desenvolveram técnicas especiais para torná-la comestível.”³⁰

Nas sugestões de filmes, podemos apontar indicações importantes:

Hans Staden

Direção de Luis Alberto Pereira. Brasil: Riofilmes, 2000. (92 min)
Filme conta a história do viajante alemão Hans Staden e seu envolvimento com os indígenas e outros europeus no território colonial.

O povo brasileiro

Direção de Isa Grinspum Ferraz. Brasil: Versátil Seleções, 2005.
(10 episódios de 22 min). Baseado no livro de mesmo nome, e usando muitas das imagens gravadas por Darcy Ribeiro, este documentário é excelente para uso em sala de aula.³¹

28 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 7º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, Sumário.

29 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 7º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 228.

30 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 7º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 235.

31 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 7º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 241.

Podemos perceber que, referente à cultura indígena brasileira, o livro do sétimo ano é fator preponderante nessa abordagem. Fator esse marcado pela fase de amadurecimento dos alunos, onde estão mais preparados para obtenção de informações contundentes sobre a diversidade cultural, bastante presente neste livro. Inferimos ainda, a percepção de utilização do filme *O povo brasileiro* que leva o mesmo nome do livro do antropólogo Darcy Ribeiro, tendo esse documentário gravações importantes feitas pelo pesquisador, é de fundamental importância para o uso em sala a fim de mostrar aos alunos a diversidade cultural presente nas regiões do Brasil.

Já no livro do oitavo ano, podemos destacar algumas categorias importantes sobre os povos indígenas: “Os jesuítas – o índio e o catolicismo”, “Os bandeirantes – a caça ao índio”, “Debret: um olhar europeu sobre o Brasil”.³² Entendemos que o livro do oitavo ano vem a ser um complemento a partir dos últimos assuntos estudados no sétimo ano do ensino fundamental. Há certa valorização para o olhar europeu sobre os indígenas quando o autor propõe leitura acerca das obras de Jean Baptiste Debret. No entanto, a abordagem se refere às percepções eurocêntricas que os portugueses tinham em relação aos povos indígenas brasileiros.

Em destaque, percebemos que o professor tem como opção metodológica atender-se aos escritos do autor quando na seção “Para refletir”, aponta sobre os avanços dos colonos ao sertão e a resistência por parte de alguns povos indígenas da região nordestina. Tal reflexão é posta como opção dos escritos de Ronaldo Vainfas em seu *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Vejamos:

‘Guerras dos Bárbaros’ ou ‘Bárbaras guerras’?

Os povos indígenas do sertão nordestino, como os Cariri, Janduí, Paicu, Canindé, Surucu, Icó e Tocaruba, reagiram ao avanço dos criadores de gado sobre as suas terras; o resultado dói uma série longe de conflitos sangrentos (1650 e 1720) entre os colonos luso-brasileiros e os indígenas; tais conflitos são conhecidos como Guerras dos Bárbaros.³³

Em valorização do uso cinematográfico em sala de aula apontamos:

Na sala de aula, como em qualquer espaço educativo, o cinema é um rico material didático. Agente socializante e socializador, ele desperta interesses teóricos, questionamentos sociopolíticos, enriquecimento cultural. E cada vez mais, tem-se intensificado o número de programas educativos e formativos em que o cinema é utilizado como um dos aparatos tecnológicos da educação.³⁴

32 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 8º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, Sumário.

33 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 8º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 36.

34 Edileuza Penha de Souza, (Org.), *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*, Belo Horizonte, Mazza Edições, vol. 1, 2006, p. 9.

Nesta seção, vemos por parte do autor a valorização dos povos indígenas pertencentes à região Nordeste, aspecto importante para ser trabalhado em sala, como possibilidade de mostrar aos alunos a diversidade cultural e os mais variados povos indígenas existentes no Brasil que segundo o texto refere-se entre o século XVII e XVIII. Ainda no livro do oitavo ano, na seção “Filmes, sites e filmes”, podemos destacar:

A missão

Direção de Roland Joffé. EUA: Flashstar, 1986. (25 min).

O filme, inspirado na obra de mesmo nome de Robert Bolt, mostra aspectos do relacionamento entre jesuítas, guaranis, bandeirantes e autoridades de Portugal e da Espanha, no momento em que esses países disputavam entre si as terras da América do Sul. Palma de Ouro em Cannes.³⁵

Em análise, podemos perceber que não foi abordada a temática indígena no oitavo ano numa grande quantidade de categorias em comparação as vistas no decorrer do sétimo ano, o que levaria a crer que o autor optou pela proximidade com os demais assuntos que permeiam a referida série (oitavo ano) desde o Iluminismo até os assuntos mais contemporâneos sobre os Estados Unidos no século XIX, que demandam tempo e maior profundidade.

No livro do nono ano desta coleção, entendemos que, mediante os conhecimentos prévios dos alunos durante as séries anteriores (sexto e sétimo ano), o autor propõe uma inserção aos assuntos políticos e a luta pela permanência na sociedade contemporânea em prol da terra e da cultura, são parte dos povos indígenas brasileiros.

Destacamos os seguintes títulos: “Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon”, “A Constituição Federal de 1988 (demarcação das terras indígenas)”, “Povos indígenas hoje”, “A luta pela terra”, “A luta pela cultura”.³⁶

Vemos que, neste livro, os povos indígenas pressionando às autoridades brasileiras a valorizarem e respeitarem a história e cultura, e ainda que tais categorias não possam ser esquecidas do cotidiano da população brasileira, fazendo valer as palavras de Boulos, que diz: “Quando Cabral aqui chegou, havia milhões de indígenas agrupados em mais de mil povos que habitavam as matas, as serras e as praias das terras onde é hoje o Brasil.”³⁷

Como ponto culminante deste livro acerca da temática indígena, podemos observar a aprovação da Constituição da República de 1988, onde os povos indígenas “obtiveram o direito à posse da terra que tradicionalmente ocupam, cabendo à União

35 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 8º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 45.

36 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 9º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, Sumário.

37 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 7º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 228.

demarcá-la.”³⁸ Logo, essa reflexão junto às demais são de fundamental importância à construção de uma sociedade igualitária e que valoriza sua essência cultural.

Observamos que a coleção “História, Sociedade e Cidadania”, de Alfredo Boulos, aborda a temática indígena em esferas diferentes e também inseridas dentro de outras temáticas, não deixando assim, o conteúdo indígena sem descrédito em nenhum dos livros das coleções, embora em alguns momentos sejam pouco comentados.

6. Considerações finais

Como eixo central desta pesquisa, a pretensão de perceber como é trabalhada nos livros didáticos a abordagem da temática indígena que está sendo distribuída para os alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental na coleção mais apreciada, segundo os dados do FNDE, foi de grande crescimento intelectual e é fato afirmar que várias são as possibilidades de exposição de conteúdo em sala de aula. Vislumbramos algumas indicações de filmes, assim como valorização da história regional da região Nordeste, mostrando a riqueza pertencente aos vários povos indígenas em todo o Brasil.

Observamos que em muito foi avançado em nosso país no que se refere à temática indígena. As políticas educacionais e a formação docente para o mesmo fim, em combate a essa discriminação nos materiais didáticos de apoio deve ser ainda mais enfática para que o conhecimento no cotidiano escolar seja ainda mais atrativo e cheio de descobertas aos alunos.

Mostrar à sociedade seu papel diante dos assuntos étnico-raciais é reconhecer a valorização e respeitar às pessoas negras e indígenas, sua cultura e história. Traz significação quando compreendemos seus valores e lutas, estando sensível aos sofrimentos impostos durante séculos de desqualificação. A obrigatoriedade da Lei n.º 10.639/08 e, por conseguinte, a Lei n.º 11.645/08 são traços de políticas de reparação e de reconhecimento à correção de desigualdades raciais e sociais existente no Brasil. Valorizar as diferentes culturas é o primeiro passo necessário para o desenvolvimento da cidadania e a escola se torna parte desse processo na construção do conhecimento.

38 Alfredo Boulos Júnior, *História Sociedade & Cidadania*, 9º ano, Edição Reformulada, São Paulo, FTD, 2012, p. 250.